



**Discurso do Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, na  
cerimônia de anúncio de iniciativas do governo federal para facilitar o  
acesso às informações públicas**

**Palácio Itamaraty, Brasília-DF, 13 de maio de 2009**

Meu caro governador José Roberto Arruda, governador do Distrito Federal,

Meu caro governador José Serra, do estado de São Paulo,  
Companheira Dilma Rousseff, ministra-chefe da Casa Civil,

Ministros Jorge Hage, do Controle e Transparência; Paulo Vannuchi, da Secretaria Especial dos Direitos Humanos; Tarso Genro, da Justiça; Jobim, da Defesa; Juca Ferreira, da Cultura; José Pimentel, da Previdência Social; José Antônio Toffoli, da Advocacia-Geral da União; Franklin Martins, da Secretaria de Comunicação Social; e Altemir Gregolin, da Secretaria Especial de Aquicultura e Pesca,

Deputados federais Pedro Wilson, Manuela D'Ávila, Chico Alencar, João Moraes, Alice Portugal, Devanir Ribeiro, Luiz Sérgio, João Paulo Cunha, José Genoíno, Nelson Marquezelli, Andre Vargas, Chico Lopes, Emiliano José, Rodrigo Loures, Antônio Carlos Biscaia, Magela, Daniel Almeida, Vieira da Cunha, Décio Lima, e deputado Luiz Couto, presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados,

Meu caro amigo Gilson Dipp, corregedor nacional de Justiça,  
Senhor João Alberto, vice-governador do estado do Maranhão,  
Meus amigos e minhas amigas,

Primeiro, é preciso reafirmar sempre: aqueles que não conhecem a própria história estão fadados a repeti-la. Precisamos garantir, para as atuais e as próximas gerações, o acesso à verdade de todos os episódios da história do



Brasil, tanto os bons como os maus momentos, de forma a preservar a nossa memória. O direito à verdade e à memória é um dos cerne dos direitos humanos, pois permite que se conheça os contextos das grandes violações desses direitos, de forma a que se evite sua repetição.

Assim, o anteprojeto de lei de Acesso à Informação que ora encaminhamos ao Congresso Nacional, bem como o projeto Memórias Reveladas, são muito mais do que iniciativas de governo. São, na verdade, atos estruturantes do Estado brasileiro, marcos do seu processo de democratização.

Eles expressam um direito constitucional e uma forte demanda da sociedade. A proposta faz parte do chamado Pacto Republicano, assinado no mês passado por mim, como Presidente da República, pelo presidente do Senado, José Sarney, pelo presidente da Câmara, Michel Temer, e pelo presidente do Supremo Tribunal Federal, Gilmar Mendes.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos, em seu artigo 19, garante o direito de se receber e transmitir informações dentro do princípio democrático da liberdade de opinião e de expressão.

Da mesma forma, a nossa Constituição faz referência a esse direito em mais de um artigo, não só na relação dos direitos fundamentais arrolados no artigo 5º, mas também no artigo 37 e em outros que se referem às obrigações do Estado de regular e garantir o acesso a informações, assegurando a transparência de suas atividades.

O direito à informação pública é um dos mais eficientes instrumentos de combate ao arbítrio e à corrupção. Por isso, as medidas que anunciamos hoje trazem avanços significativos e representam mais um passo no amadurecimento da democracia brasileira.

A transparência é um princípio básico da democracia. O voto bem informado é a manifestação plena de um direito de cidadania.

O anteprojeto de lei de Acesso à Informação adota, como regra geral, o



acesso pleno, imediato e gratuito às informações públicas. Ele traduz uma escala de valores que posiciona, acima de todas as outras, o direito de acesso à informação.

O anteprojeto contém dispositivos que visam garantir que as instituições do Estado não possam ocultar violações de direitos humanos cometidas pelos seus agentes ou a mando dos mesmos. Deixa claro que não se pode acobertar violações de direitos humanos sob quaisquer argumentos, inclusive o da segurança nacional.

Somente após o respeito a esse princípio é que se pode considerar as hipóteses, quando legítimas, do uso de sigilo para proteção da nação – que estão claramente caracterizadas como exceção, e não como regra, e com orientações explícitas para a sua utilização.

Por outro lado, o anteprojeto estabelece mecanismos claros e critérios legítimos para proteção das informações pessoais e sigilosas, imprescindíveis à segurança do cidadão, da sociedade e do Estado. O interesse a ser protegido é sempre o da sociedade, e não o dos agentes públicos.

A verdade sobre violações cometidas pelo Estado deve ser conhecida, para que se incorpore à memória do povo e para que tais violações não possam mais ser repetidas.

Portanto, o anteprojeto torna impossível que quaisquer documentos que possam se referir a mortes, desaparecimentos forçados e prisões arbitrárias sejam mantidos em sigilo, sob qualquer pretexto.

Ao mesmo tempo, o projeto Memórias Reveladas traz a esse processo outra contribuição fundamental. Vivemos na época da revolução da informação, com o advento da internet, em que os dispositivos de comunicação se tornam cada vez mais potentes e acessíveis.

Esse projeto permite, assim, que informações sobre práticas dignas de tempos medievais sejam acessadas e conhecidas por meio de tecnologias do século XXI. Trata-se, portanto, de mais um passo decisivo para a completa



reconciliação do Brasil democrático.

Eu penso que sobretudo os militantes de direitos humanos, os companheiros que participaram da luta pela democracia a partir de 1964, contra o regime militar, sabem perfeitamente bem que o que nós estamos fazendo aqui hoje é uma mudança de página da história do Brasil.

Mas não é com uma mudança de página que nós queremos esconder o que está no verso da página. Nós queremos fazer com que a história deste país seja contada verdadeiramente como ela foi, como ela é, e contada como ela será daqui para a frente.

Eu sei que muitas vezes a angústia toma conta de pessoas, ou por excesso de demora, ou angustia outros por excesso de rapidez. As coisas acontecem no tempo certo e no tempo em que as coisas estão maduras para acontecer. As condições a que nós chegamos para produzir esse projeto de lei e todas as demais decisões foi um processo de amadurecimento, um processo que levou anos de discussão dentro do governo para que a gente pudesse chegar a este momento e concluí-lo, esperando que o Congresso Nacional, como sempre, possa aperfeiçoá-lo, possa melhorá-lo e nunca piorá-lo, porque essa tendência não está prevista em quem está mandando o projeto para dentro do Congresso Nacional. O que é importante... Obviamente que os deputados e senadores têm liberdade. Nós não mandamos lá, portanto, é apenas um apelo.

Agora, o que é importante que todos nós tenhamos claro, gente, é que este país - embora tenha 500 anos - a nossa democracia é muito incipiente. Se nós quisermos pegar o período de 1985 a 2009, nós temos apenas 24 anos de democracia contínua e o mais longo período de democracia contínua no Brasil. Eu penso que é importante que a gente não perca de vista o que aconteceu com o Brasil até a Proclamação da República e depois da Proclamação da República. É importante a gente não se esquecer que as mulheres só conseguiram o direito de voto na Constituição de 1934. É importante a gente



conhecer que este país deu passos extraordinários sobretudo a partir da Constituição de 88. É importante a gente saber que as instituições, hoje, estão muito mais sólidas, muito mais fortes do que eram há 20 ou 30 anos. E cada um de nós tem uma parcela de contribuição para que nós chegássemos ao dia de hoje.

Eu estou convencido de que nós vamos prestar um serviço à democracia brasileira, na hora em que a gente conseguir desvendar alguns mistérios que ainda persistem na nossa história. Estou convencido. E que ninguém veja isso como se fosse revanchismo, porque daqui a um ano e meio eu deixarei o governo, e tudo o que eu fizer de errado, quem vier depois de mim tem mais é que dizer as coisas que eu fiz de errado, e eu não posso achar que a pessoa está me perseguindo. Eu que trate de fazer as coisas certas quando eu estiver no governo, para que depois eu não pague o preço de ficar correndo atrás das mazelas, que quem entrar depois de mim [possa] achar que eu tenha feito.

Este país tem Poder Judiciário. As pessoas que se sentirem, eu diria, ofendidas, vão se defender na Justiça. Mas o dado concreto é que sejam militares ou civis, sejam de esquerda ou de direita, sejam homens ou mulheres, é importante termos consciência de que o passo que nós estamos dando hoje é um passo excepcional na vida deste país, e eu espero que o Congresso aprove logo isso. Por isso, estamos mandando como projeto de lei, e não como medida provisória. E que a gente possa ter orgulho, viajando o mundo, de dizer que neste país a verdade é para todos, e não apenas para alguns.

Parabéns, companheira Dilma. Parabéns, companheiro Franklin. Parabéns aos companheiros que trabalharam neste projeto. Parabéns ao ministro Jobim, ao ministro Tarso. Eu acho que vocês deram uma contribuição extraordinária ao processo democrático brasileiro.

Um abraço e boa sorte para todos nós.

(\$211A)



**Presidência da República  
Secretaria de Imprensa  
Discurso do Presidente da República**

---